

28.08 A 01.09

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Após duas consultas públicas e com avanços, Aneel aprova “sombra” do novo monitoramento a partir de novembro

07

Varejista: Aneel abre consulta pública e defende migração sem adequação de medição no Grupo A

10

Em workshop exclusivo da Abraceel sobre reforma tributária, especialistas defendem tratamento diferenciado para energia elétrica

14

Abradee conhece resultados do FaleAqui! e demonstra disposição em participar das discussões

17

Grupo Técnico levanta casos para promover reflexão sobre governança na formação de preços

19

Com espetáculo e apoio da Abraceel, Tradener celebra 25 anos da empresa e da comercialização de energia

21

Abraceel na Mídia

22

Curtas

28

E o Congresso?

33

Próxima Semana



Após duas consultas públicas e com avanços, Aneel aprova “sombra” do novo monitoramento a partir de novembro

Matéria em 1 minuto:

- Fiscalização será realizada desde o início dos testes, que vão começar no dia 01.11;
- Para conduzir o monitoramento na CCEE, a Aneel instituiu a Coordenação de Monitoramento do Mercado;
- Câmara deverá divulgar data ou janela temporal específica para o recebimento dos dados a serem utilizados no cálculo do fator de alavancagem.

No dia 29.08, a Diretoria colegiada da Aneel deliberou o resultado da segunda fase da Consulta Pública 11/2022, sobre monitoramento do mercado, aprovando o início do “período sombra” a partir de 01.11. O relator foi o diretor Hέλvio Guerra.

Histórico

Cabe lembrar que a Abraceel vem discutindo intensamente o assunto com as associadas desde 2019, sendo que em 2021 apresentou, em conjunto com a Volt Robotics e Eleкто, uma proposta a CCEE e ao mercado.

Ao todo, a CP 11/2022 recebeu 297 contribuições, de 35 agentes, sendo que a Abraceel foi a entidade com mais contribuições aca-tadas, após a CCEE. Com muito diálogo, a Associação convergiu com a CCEE e o regulador para construir uma proposta de monitoramento prudencial, em que os agentes informam seus indicadores, um modelo mais eficiente e racional que a entrega de todos os contratos e documentos.

Avanços

Vários avanços foram obtidos ao longo desses anos, merecendo destaque o consenso de que eventual processo de garantias financeiras seja discutido apenas após a efetiva implementação do novo programa de monitoramento prudencial.

Além disso, também foi instaurada a segunda fase de CP, desta vez com a minuta de resolução normativa, como defendido pela Abraceel. Também não prosperaram sugestões de alteração de parâmetros sem aprovação do regulador, bem como a possibilidade de a CCEE deliberar sobre dosimetria de penalidades.

A proposta inicial de chamada de margem semanal também foi descartada após posicionamentos da Abraceel. Por fim, foi reconhecido que a segurança de mercado não é uma questão que diz respeito a uma classe de agentes específica, sendo que a preocupação se foca agora no risco sistêmico para o mercado.

Conclusão da 2ª fase da CP

Em sustentação oral, a Abraceel, representada pelo Vice-presidente de Energia, Alexandre Lopes, defendeu a implementação do monitoramento, destacando os avanços obtidos em relação ao sigilo das informações enviadas.



O tema que mais recebeu contribuições, de acordo com a nota técnica da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM), foi governança de dados. Sobre isso, a área técnica da Aneel entende que a estrutura legal, tanto na esfera civil como criminal, já está à disposição da CCEE e dos agentes para garantir o adequado uso das informações e responsabilização por eventuais desvios, não necessitando a Aneel endereçar a questão mediante resolução normativa.

A nota técnica aponta que, a fim de coordenar o monitoramento junto à CCEE, a Aneel estabeleceu em sua estrutura, no âmbito da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE), uma Coordenação de Monitoramento do Mercado. Além disso, por parte da Câmara, será criada a Comissão de Implementação do Monitoramento, pleito da Abraceel em sua contribuição, instância da qual a Associação buscará participar.



A mesma nota técnica também informa que todos os agentes serão abarcados pelo monitoramento, com exceção das distribuidoras, cabendo à CCEE avaliar e propor eventuais tratamentos diferenciados a pequenos consumidores após a realização do período sombra.

Sombra

Quanto ao “período sombra” em si, a Aneel estipulou que ele será iniciado em 01.11 e considerou a antecedência de dois meses como suficiente, haja vista que a proposta vem sendo discutida há mais de dois anos e que o “período sombra” permitirá progresso da metodologia antes da abertura da alta tensão em janeiro de 2024.

Ao término desse período, é esperado que a CCEE proponha os procedimentos para serem adotados na identificação de condutas anômalas e que consiga angariar informações suficientes para analisar um valor aceitável para o fator de alavancagem.

Devido ao atual cenário de baixa volatilidade no mercado de energia, caberá à CCEE avaliar a pertinência, oportunidade e formato da realização de eventuais backtests ao longo do período sombra.

Merece destaque que a fiscalização será realizada desde o início do "período sombra", acontecendo de forma mensal e com amostras menores para consumidores livres e especiais. O único resultado que será divulgado pela CCEE será o fator de alavancagem. A SGM propôs que, durante o “período sombra”, ela mesma proceda a eventuais ajustes no Manual por meio de despacho.

O envio da exposição das cinco maiores contrapartes foi mantido, apesar do posicionamento contrário da Abraceel, justificado pela falta de detalhamento de uso e pela sensibilidade comercial dessas informações.

Segurança e divulgação da informação

Foi informado que haverá garantia que as informações das cinco maiores contrapartes serão mantidas criptografadas, em linha com o que será aplicado para as informações que comporão o fator de alavancagem, sendo utilizada internamente pela CCEE para fazer uma análise de risco integrada (ARI) de cada agente.



Desse modo, o CNPJ de cada agente, junto à nota individual de crédito, será imputado no ambiente confidencial, que identifica a ARI das contrapartes e retorna a informação exclusivamente para a CCEE, sem a divulgação para os agentes. Dessa forma, a CCEE não terá acesso à informação sobre quais empresas são as cinco maiores contrapartes dos agentes, somente à suas notas de crédito.

Quanto ao envio das demais informações, a CCEE deverá divulgar data ou janela temporal específica para o recebimento dos dados a serem usados para o cálculo do fator de alavancagem, acatando o pleito da Abraceel. Para os agentes que deixarem de enviar informações, foi mantida a proposta de impedir registro de novos contratos.

Nova etapa de discussão pública

No fim da nota técnica, a SGM concluiu que pode ser necessária uma nova etapa da consulta pública, sendo necessária uma análise do resultado do “período sombra” para afirmar qual o formato dessa participação, o que foi acatado pela diretoria.

A nota técnica pode ser acessada no [site](#) da Abraceel, aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.



Varejista: Aneel abre consulta pública e defende migração sem adequação de medição no Grupo A

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel reforçou em sustentação oral a importância da consulta pública e avanços na simplificação da migração, pois o tema é fundamental para o avanço do mercado livre;
- A proposta da área técnica da Aneel é atribuir à CCEE a agregação dos dados de medição e diretor Tili defende que não haja necessidade de adequação de medição dos consumidores do grupo A;
- Ainda sem data marcada, Aneel e CCEE vão organizar um workshop em São Paulo para discutir o teor da consulta pública.

A diretoria colegiada da Aneel, em reunião realizada no dia 29.08, aprovou a abertura da Consulta Pública 028/2023 para colher contribuições para aprimorar a comercialização varejista, com foco na simplificação do processo de migração e na viabilidade da agregação de dados de medição.

Manifestações

Em sustentação oral realizada durante a reunião colegiada da Aneel, a Abraceel reforçou a importância da abertura dessa consulta pública, que tratará de um tema fundamental para o mercado, especialmente considerando o fluxo de migrações de consumidores já em curso.



Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, mencionou que a ocasião é uma grande oportunidade para simplificar o processo de migração, incluindo a não exigência de adequação do sistema de medição.

Otávio Vaz, Gerente de Regulação do Mercado de Energia Elétrica da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM), realizou apresentação técnica e explicou que a consulta pública se fundamenta em alterações provocadas pela Lei 14.120/2021 e pela Portaria MME 50/2022.

Propostas

Em relação à lei, o entendimento da SGM é que o dispositivo que impede a imposição de quaisquer ônus ao varejista que não esteja previsto em regulamento da Aneel é autoaplicável, não carecendo de nenhuma regulamentação específica. Nesse sentido, o agente varejista permanece responsável pelas cargas até a execução da suspensão do fornecimento, com a novidade de excetuar os casos de ineficiência do distribuidor.

No caso de descumprimento por parte da distribuidora do prazo para suspensão do fornecimento, o custo da inadimplência será alocado ao acionista da distribuidora, sem repasse tarifário.

O que se propõe é maior celeridade nos prazos para suspensão do fornecimento no caso de inadimplência do consumidor varejista. Para os consumidores que são agentes da CCEE, a proposta é reduzir o prazo para a CCEE deliberar sobre o desligamento de 60 para 30 dias, e para os consumidores varejistas, de 30 para 15 dias. Outra novidade é que o consumidor varejista deve apresentar declaração de adimplemento com o agente varejista em caso de alteração de representante.

Instada por dúvida da SGM, a Procuradoria da Aneel se manifestou no processo e informou que a Portaria 50/2022 não extingue a figura do consumidor especial, pois o conjunto de consumidores reunidos em comunhão não compram energia convencional.

Foi proposta ainda a divulgação de um modelo padrão de contrato para facilitar a comparação, prevendo distribuição do volume com sazonalização e modulação flat.

Pela nota técnica, a área técnica da Aneel também sugere atribuir à CCEE a agregação de dados de medição: (i) a distribuidora disponibiliza os dados de medição, (ii) a CCEE recebe os dados e atribui a carga, (iii) CCEE agrega as cargas a cada agente varejista, e (iv) CCEE contabiliza o somatório de cada agente varejista. Além disso, será criado o Sistema de Gestão de Informações da CCEE, centralizando todas as informações pertinentes.

Otávio Vaz destacou que a SGM vislumbra a possibilidade de simplificação do cadastro do ponto de medição e modelagem dos consumidores, esperando receber contribuições para avançar neste tema.

Sem adequação de medição no Grupo A

O Diretor-relator do processo, Ricardo Tili, destacou que a consulta pública é um importante passo para o avanço da abertura de mercado, que deverá ocorrer nos próximos anos. “Entendo que não haverá necessidade de ajustes nos atuais medidores dos consumidores de alta tensão, uma vez que o regulamento prevê a telemedição para toda a alta tensão”, disse, complementado que, na opinião dele, “não haverá necessidade de adequação de medição”.



A Aneel, em conjunto com a CCEE, organizará um workshop em São Paulo para discutir o teor da consulta pública, que deverá ser realizado no fim de setembro. Tili reforçou intenção de deliberar o resultado da CP antes de janeiro de 2024, coincidindo com o calendário de vigência da Portaria 50/2022.

A Consulta Pública 028/2023 recebe contribuições por 45 dias, até 13/10, e a Abraceel realizar reunião com o Grupo Técnico no dia 13/09, às 9h. As informações de acesso foram enviadas por e-mail.



Em workshop exclusivo sobre reforma tributária, especialistas defendem tratamento diferenciado para energia elétrica

Matéria em 1 minuto:

- Debate realizado pela Abraceel reuniu tributaristas de escritórios renomados e mais de 400 pessoas para analisar pontos de atenção previamente identificados pelas empresas associadas;

- Apesar de o STF já ter reconhecido o caráter de essencialidade da energia elétrica, segmento é bom pagador de impostos e, por isso, enfrenta dificuldade para incluí-la no rol dos setores que terão alíquota reduzida em 60%;

- No debate, foi proposto que sejam identificados números e evidências que comprovem a capacidade da energia elétrica de promover justiça social, isonomia, crescimento econômico e bem-estar, aspectos que podem ajudar a convencer parlamentares na adoção de um tratamento diferenciado.

Em meio a um cenário de dúvidas e preocupações quanto aos impactos da proposta de reforma tributária para o mercado de energia elétrica, com especial atenção ao segmento de comercialização, a Abraceel reuniu um time de especialistas de escritórios de advocacia de primeira linha para buscar esclarecimentos e oferecer uma visão técnica, legal e jurídica para pontos de atenção previamente identificados pelas empresas associadas.

Ariane Guimarães (Mattos Filho), Camila Galvão (Machado Meyer), Luiz Gustavo Bichara (Bichara), Rafaela Canito (Lefosse) e Urias Martiniano (Urias Martiniano) participaram, no dia 29.08, de um debate organizado pela Abraceel com mais de 400 representantes de empresas associadas.

Em resumo, eles apontaram que a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional traz intrínseca o risco de aumento de carga tributária para o setor de energia elétrica, mesmo que o serviço seja considerado essencial à sociedade, conceito já ratificado pelo Congresso Nacional na aprovação da Lei Complementar 194/2022 e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em decisões recentes sobre ICMS.



Mercado listou pontos críticos que podem resultar em aumento de impostos

Entre os pontos de atenção identificados pelas associadas, constam a indefinição sobre a aplicação ou não de um imposto seletivo na energia elétrica, caso a atividade seja considerada nociva à saúde e ao meio ambiente, e sobre o reconhecimento da essencialidade da energia elétrica, o que poderia suportar a sua inclusão no rol de setores com alíquota reduzida em 60%.

O mercado também está preocupado com a aplicação efetiva da não cumulatividade, com o aumento da carga tributária como um todo e com a garantia do repasse automático nos contratos existentes. A preservação de incentivos tributários e regimes especiais, como o que trata da tributação no mercado de curto prazo da CCEE, e a manutenção da não tributação de receitas e despesas financeiras completam a lista de assuntos sensíveis que preocupam as empresas.

Essas questões, se não forem bem tratadas na reforma em curso, podem significar aumento de carga tributária para a energia elétrica, seja por causa da futura incidência do IBS em fases da cadeia produtiva onde atualmente não incide ICMS, seja pelo retorno da cobrança de Pis e Cofins ao longo de etapas de projetos de investimentos com a extinção de regimes especiais ou pelo risco de tributação sobre receitas financeiras.

O risco é considerado iminente e real pelos agentes do setor elétrico, dadas as lacunas, e por isso, consideram essencial que a PEC atualmente em tramitação incorpore a energia elétrica como uma atividade merecedora de tratamento diferenciado, deixando uma “porta aberta” para a normatização em futura lei complementar.

Visão dos especialistas

Os especialistas concordaram que a extinção de regimes especiais de tributação, como o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), pode gerar encarecimento dos custos de geração e, conseqüentemente, da energia elétrica comercializada, reduzindo margens de lucro e exigindo renegociações para repasse aos consumidores. O mesmo ocorrerá com o fim das operações estruturadas de energia entre estados. Dessa forma, o potencial de aumento de carga tributária



para a atividade de comercialização é real, seja pelos aspectos específicos do segmento ou pelo que acontecerá ao longo da cadeia produtiva.

Caráter essencial da energia pode não ser suficiente para convencer parlamentares

O caráter de essencialidade do serviço de energia elétrica está, inclusive, no âmago da discussão sobre estratégias para convencer os parlamentares a caracterizarem a atividade entre aquelas que receberão tratamento especial. Mas esse argumento pode não ser suficiente, apontaram.

Os especialistas indicaram que o esforço para inserir a energia elétrica entre as atividades que merecem alíquotas reduzidas ou tratamento tributário diferenciado será grande, pois o setor é considerado um grande pagador de tributos, o que chama atenção em um cenário em que o governo federal deseja, no mínimo, preservar o atual patamar de arrecadação tributária.

Uma estratégia, segundo os debatedores, é incorporar, ao posicionamento setorial, números e evidências que comprovem que a energia elétrica é um fator de promoção de justiça social e de isonomia, bem como alavanca para o crescimento econômico e bem-estar. Um exemplo é a constatação de estudo do Ipea, citado no debate, que 10% de desoneração no preço da energia elétrica rende 0,5% de crescimento na economia.

Como pano de fundo, os especialistas disseram duvidar da neutralidade pretendida como resultado final da reforma em curso, considerando que há pretensão, não escancarada pelas autoridades, de aumentar o volume de recursos arrecadados, o que pode ocorrer pelo crescimento da atividade econômica ou da própria carga tributária.

Especialistas recomendam urgência na interlocução com Congresso Nacional

A proposta de reforma tributária tem previsão de ser votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal no início de outubro e essa proximidade suscitou, por parte dos especialistas, recomendações para que as lideranças setoriais procurem com urgência os congressistas para convencê-los da pertinência de considerar, já na PEC em tramitação, que a energia elétrica é uma atividade que deve receber tratamento diferen-



ciado. A proposta precisará ser votada em dois turnos por três quintos dos senadores, para então retornar à Câmara dos Deputados.

Na sexta-feira, 01.09, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu com o objetivo de discutir estratégias para criar um diálogo técnico e jurídico sobre o tema. O relato dessa reunião estará disponível no próximo relatório semanal.

A apresentação realizada no workshop da Abraceel com especialistas sobre reforma tributária está disponível no [site](#) da Associação



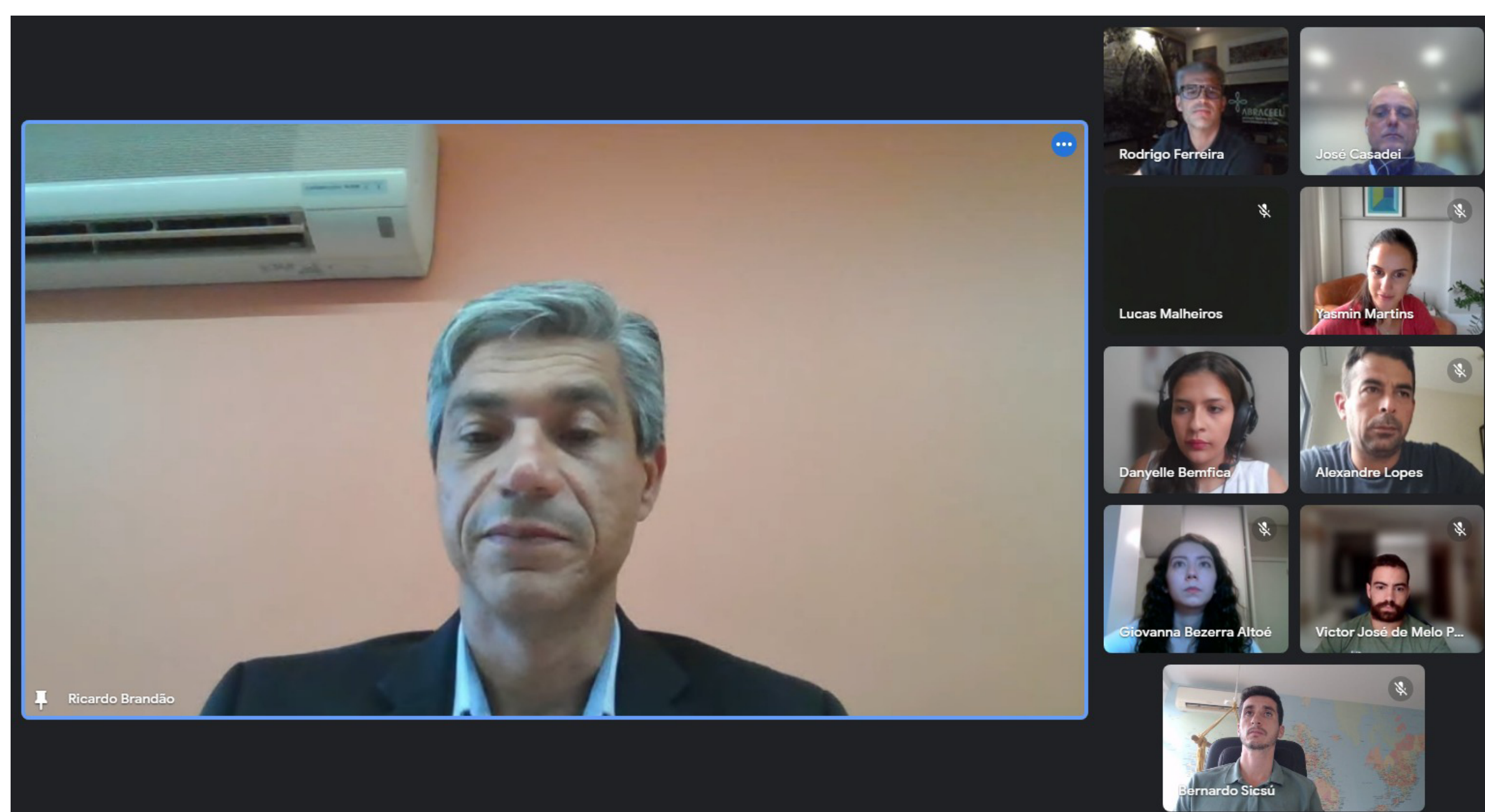
Abradee conhece resultados do FaleAqui! e demonstra disposição em participar das discussões

Matéria em 1 minuto:

- Em encontro com representantes da Abradee, Abraceel apresentou os resultados do canal de comunicação, que recebeu 148 casos concretos evidenciando dificuldades dos consumidores no processo de migração para o mercado livre;

- Abradee informou que vem disseminando informações para as distribuidoras sobre dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que as empresas dispõem de ferramentas para evitar mau uso dos dados dos consumidores;

- Novo encontro com a Abraceel foi sinalizado para avançar na discussão.



No dia 28.08, a Abraceel se reuniu com os representantes da Abradee, Ricardo Brandão e Lucas Malheiros, para apresentar os resultados do FaleAqui!, canal de comunicação que a Associação criou para receber casos concretos evidenciando dificuldades dos consumidores no processo de migração ao mercado livre e subsidiar a proposição de ações conjuntas a fim de construir soluções para melhorar o processo de migração.

Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, explicou que a motivação da criação do canal foi mapear os principais gargalos no processo de migração para que seja possível analisá-los e propor soluções conjuntas com o regulador e as distribuidoras. Além disso, destacou a necessidade e a pertinência de haver padronização, entre as distribuidoras, no processo de migração



para o mercado livre, o que ajudaria a nivelar o mercado com boas práticas de migração já desenvolvidas por algumas concessionárias.

Mapeamento

Em seguida, Danyelle Bemfica, Assessora de Energia da Abraceel, apresentou o resultado do mapeamento realizado, baseado em 148 casos relatados por 20 empresas associadas, com a grande maioria ainda em andamento em 2023 e 90% dos problemas envolvendo as distribuidoras. A Abraceel explicou que essa quantidade de casos reportados representa uma fotografia subdimensionada da realidade na medida em que muitos consumidores, cujo perfil é de empresas maiores, não autorizaram que os comercializadores enviassem os casos ou dessem publicidade a essas informações.

A maioria dos casos relatados envolve a exigência desnecessária de documentação e processos, o descumprimento de prazos pelas distribuidoras e a dificuldade de comunicação com essas concessionárias. Além deles, 4% representam problemas de abuso de poder de mercado.

LGPD

Sobre esse ponto, Ricardo Brandão informou que algumas questões são essencialmente parecidas com as práticas de geração distribuída e já houve reuniões internas com distribuidoras para discutir as regras e as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ocasião em que as empresas associadas da Abradee relataram ferramentas de compliance para evitar uso indevido de dados dos consumidores.

Rodrigo Ferreira comunicou ao representante da Abradee que, mesmo assim, infelizmente, os casos de uso indevido dos dados dos consumidores continuam ocorrendo e que a Abraceel concluiu um parecer jurídico sobre o tema para que as discussões possam ser embasadas juridicamente.

O Presidente-Executivo da Abraceel ainda convidou a Abradee para participar de um evento que a Abraceel busca organizar, ao lado de representantes da Aneel e outras instituições, para esclarecer as dúvidas sobre a adequação e aplicação da LGPD e os princípios de defesa da concorrência que precisam ser observados no setor elétrico.



Possíveis soluções

A Abraceel apresentou também algumas ideias iniciais, além dos ajustes em regulamentação, mas que já solucionariam diversos problemas, como a criação de página no site da Aneel com orientações e perguntas frequentes sobre o processo de migração, e a elaboração de um documento padrão para servir de referência, como, por exemplo, a carta denúncia. A Abraceel enfatizou que a comunicação clara e precisa por parte das distribuidoras é o caminho ideal para reduzir as reclamações sobre o tema.

Por fim, a Abradee informou que apresentará internamente os resultados do FaleAqui! às distribuidoras, tendo a Abraceel se colocado à disposição para realizar a apresentação, e solicitou um próximo encontro para que as duas associações sigam dialogando sobre possíveis aprimoramentos no processo de migração.

A apresentação está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

Grupo Técnico levanta casos para promover reflexão sobre governança na formação de preços

Matéria em 1 minuto:

- *Propostas estão baseadas em casos já ocorridos e seus principais impactos;*
- *Abraceel reforçou questionamento em relação à própria existência da Cpamp, sugerindo a extinção dessa comissão e transferência das atividades para comitê técnico da Aneel;*
- *Associados pontuaram a dificuldade de efetivar a divulgação célere de informações dado o modelo centralizado de tomada de decisões pelos órgãos que vigora no Brasil.*



No dia 30.08, o Grupo Técnico se reuniu para discutir aprimoramentos na governança de formação de preços. Os aprimoramentos apresentados pela Associação tiveram como base casos já ocorridos no setor e seus principais impactos. Estiveram presentes na reunião cerca de 150 pessoas.

A coordenadora de energia da Abraceel, Yasmin Oliveira, apresentou as reflexões com base em casos já ocorridos e seus impactos. As propostas discutidas na reunião foram (i) a extinção da Cpamp e retorno de suas atribuições para a Aneel, no âmbito do CT PMO-PLD, (ii) a possibilidade de transmissão das reuniões em que ocorrem deliberações e/ou participação dos agentes nas comissões deliberativas do CT, (iii) a divulgação célere do extrato das decisões na sequência das reuniões, (iv) a divulgação automática de documentos trocados entre agentes e instituições setoriais, (v) o reforço, em cada caso de alterações nos modelos, de como será sua implementação, com as etapas, prazos previstos

e responsáveis pela deliberação e (vi) o cumprimento de prazos e processos estabelecidos em normativos.

Rodrigo Ferreira enfatizou a importância de os associados ajudarem na quantificação dos impactos práticos dos casos, pois muitas vezes, os impactos reais nas negociações e o movimento causado nos preços e no mercado ficam distantes na discussão sobre governança de preços.

Após a apresentação, os associados enfatizaram a importância da divulgação célere e isonômica de informações para os agentes, dado que é natural que ocorram assimetrias em função de alguns agentes de mercado possuírem infraestruturas ligadas a programação e planejamento da operação. Para resolver essa tratativa, o associado referenciou o Urgent Market Messaging (REMIT UMM) utilizado no Nordpool, que é um API, disponível a todos os agentes, que divulga de maneira célere as principais decisões e mudanças ocorridas no setor elétrico. A ferramenta é disponibilizada pelos próprios agentes, havendo então uma responsabilidade difusa da divulgação dessas informações. Dito isso, foi ponderada a dificuldade de ter tal prática no Brasil, dado que, no país, a divulgação de informações é centralizada e nem sempre há acesso às principais informações pelos órgãos de forma célere.

O material elaborado pela Abraceel recebe contribuições dos associados até o dia 08.09, tanto de mais casos que possam ser relatados, sugestões de aprimoramentos, como em relação aos impactos que podem ter causado nos preços e nas negociações de energia. Em seguida, o material será levado para reuniões com ONS, CCEE, MME e Aneel.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações exclusivas”.



Com espetáculo e apoio da Abraceel, Tradener celebra 25 anos da empresa e da comercialização de energia

Matéria em 1 minuto:

- Evento contou com apoio da Abraceel na organização e presença de autoridades, como o Diretor-Geral da Aneel e conselheiros da CCEE, dirigentes de associações de classe e representantes do mercado;
- Diretor-Geral da Aneel, em discurso, listou benefícios do mercado livre de energia, que entrega preços mais baixos e melhores serviços para a sociedade;
- Sandoval Feitosa ainda desejou que o mercado de energia elétrica seja “cada vez mais livre” e “que o consumidor de energia possa fazer suas escolhas, com liberdade e responsabilidade”.

A associada Tradener completou 25 anos de atividade e celebrou essa marca no dia 26 de agosto, na Ópera do Arame, em Curitiba, com o espetáculo “Abba in Concert Tributo Sinfônico”, uma superprodução com orquestra sinfônica, cantores líricos, dançarinos, patinadores e artísticas circenses. O evento marcou também 25 anos da resolução da Aneel que normatizou a atividade de comercialização de energia elétrica no Brasil.

Cerca de mil pessoas presenciaram o espetáculo, que contou com apoio da Abraceel na organização e contou com participação de autoridades públicas como o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, e conselheiros da CCEE, dirigentes de associações de classe e representantes do mercado.

Em discurso, Sandoval Feitosa enalteceu a trajetória da Tradener e exaltou os avanços registrados no mercado livre de energia nos últimos 25 anos. “Quando comercializamos energia em um ambiente livre, busca-se pela vontade das partes os melhores resultados, seja preço ou formato do produto, e isso gera mais competitividade para o país e mais qualidade de vida para a população”, disse. “Que possamos construir um futuro cada vez mais livre e que o consumidor de energia possa fazer suas escolhas, com liberdade e responsabilidade”, afirmou Sandoval Feitosa.

“Um grupo de pessoas pioneiras e inovadoras trouxe o que temos hoje, 38% da energia consumida no Brasil está no mercado livre”, disse, lembrado que o mercado livre aumenta a liquidez, proporciona novos produtos e oferece preços mais baixos aos consumidores por meio da competição, com mais empregos e renda. “Eu não tenho dúvida que o futuro do Brasil na comercialização de energia é mais e mais o crescimento do mercado livre e com mais e melhores resultados para a sociedade”, completou.

Sandoval Feitosa lembrou que, além da Tradener, também a Aneel e o ONS celebraram 25 anos de atuação recentemente, e o da CCEE se aproxima, o que suscita reflexões para entender “até onde chegamos e onde podemos chegar”, afirmando que é momento de encontrar um novo arranjo para o setor elétrico, pois a tecnologia evoluiu e trouxe pressão por mudanças – e que a sociedade e o consumidor, no fim das contas, serão os principais beneficiados.

Walfrido Avila, presidente da Tradener, em discurso, explicou a trajetória de crescimento da empresa e lembrou que, no mercado, as empresas não são apenas concorrentes, mas também parceiras, o que fortalece o mercado.

Rodrigo Ferreira, Presidente-executivo da Abraceel, expressou ser gratificante estar em uma cerimônia que celebra os 25 anos da Tradener e da resolução que normatizou a atividade de comercialização de energia elétrica no Brasil, lembrando que Walfrido Ávila, "alma da Tradener", foi pioneiro em muitas atividades, a exemplo da fundação da Abraceel e da assinatura do primeiro contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre brasileiro.





ABRACEEL NA MÍDIA



Solar e eólica são 93% da energia nova até 2029

Fonte: Valor Econômico

[Acesse aqui](#)



Mercado livre representa 92% da geração centralizada até 2029, aponta Abraceel

Fonte: MegaWhat

[Acesse aqui](#)



ACL induzirá 92% da expansão da geração centralizada no Brasil

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Mercado livre de energia responde por 92% da expansão da geração centralizada

Fonte: Portal Solar

[Acesse aqui](#)



CURTAS

Cpamp aprova reavaliar governança, em linha com pleito da Abraceel

A Cpamp divulgou ata de sua reunião plenária realizada ontem, 31.08, em que decide reavaliar a governança dos modelos computacionais, em linha com o pleiteado pela Abraceel, que solicitou inclusive a extinção da Comissão. O objetivo, segundo a Cpamp, é o de “promover participação mais ativa e dinâmica dos diversos interessados no tema, resguardando a coerência e a integração entre as metodologias, reduzindo burocracia e descentralizando a tomada de decisão”. Há expectativa de abertura de Consulta Pública sobre o tema nos próximos meses. A Comissão também aprovou o cronograma de atividades do ciclo 2023/2024. Para o Newave Híbrido, está previsto que até o final de outubro sejam realizadas algumas avaliações complementares, para que em seguida se inicie a fase de backtests e prospectivos. Com relação ao Unit Commitment Hidráulico, a Cpamp ressalta que, caso o Dessem não esteja viável computacionalmente até o final de outubro de 2023, o aprimoramento deverá ser postergado para o ciclo seguinte. Finalmente, a ata também traz o resultado da pesquisa de opinião realizada junto aos agentes acerca da priorização dos temas a serem avaliados pela Comissão nos próximos ciclos, onde estão as fontes intermitentes, avaliação da estocasticidade da carga e internalização dos custos variáveis das usinas hidrelétricas. Será realizado um workshop com os agentes no dia 20.09 sobre os diversos temas. Mais detalhes estão na ata disponível no site da Abraceel.

Mercado livre já responde por 92% da expansão da geração centralizada de energia no Brasil

O mais recente estudo da Abraceel, que analisa o papel do mercado livre para viabilizar a expansão da oferta de geração de energia no Brasil, mostrou que, do total de 129,5 GW de energia elétrica centralizada já outorgada, com previsão de operação entre 2023 e 2029, 92% estão sendo destinados ao mercado livre. O levantamento é feito com base em dados oficiais da Aneel. Essa parcela de novos investimentos via mercado livre representa mais de R\$ 384 bilhões de investimentos entre 2023 e 2029, de um total



de R\$ 424 bilhões previstos para todo o segmento de geração de energia no período. Além disso, dados do BNDES, também apresentados no estudo, demonstram o protagonismo das comercializadoras nessa expansão. Do total dos projetos eólicos e solares financiados pelo BNDES entre 2018 e 2022, 52% foram suportados por comercializadoras, consolidando a importância desses agentes, criados há 25 anos, em uma nova lógica que vive o setor elétrico brasileiro, com a expansão ocorrendo independente dos leilões regulados. Confira o estudo [aqui](#).

Governança da CCEE: Abraceel envia sua contribuição à Câmara e MME

A Abraceel enviou ao MME e CCEE a sua contribuição final sobre a nova proposta de governança da Câmara. Entre os destaques, a Abraceel defende que a competência de deliberar sobre a aprovação do orçamento da CCEE permaneça na Assembleia Geral e que o voto dos agentes nas Assembleias seja secreto, assegurado por auditoria externa. Além disso, houve pleito para que a indicação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração seja realizada pelo conjunto dos agentes e que haja detalhamento da estimativa de custos para a implementação da proposta, indicando a alocação de valores. A íntegra do documento está disponível no [site](#) da Abraceel, seção “Contribuições e Notas Técnicas”.

Planejamento Estratégico da Abraceel: Faça sua inscrição até 04.09

O Planejamento Estratégico da Abraceel acontecerá nos dias 26 e 27.10, no B Hotel, em Brasília. Devido a limitação de espaço, garantimos uma vaga por empresa associada até a próxima segunda-feira, 04.09, por meio do [formulário](#). Após essa data, abriremos a lista de espera, que já possui mais de 30 inscritos. Informações sobre o evento, como programação, reserva de hotel e oportunidades de patrocínio, foram enviadas por e-mail. Esperamos por você!

Grupo Técnico realizará encontro anual dia 21.09 em SP, inscreva-se!

A Abraceel realizará o Encontro Anual do Grupo Técnico, evento que debaterá as principais pautas defendidas pela Associação e contará com a presença de representantes da Aneel e CCEE. O encontro será no dia 21.09, às 15h, na sede da associada BTG Pactual, em São Paulo. Em função da limitação física do local, permitiremos apenas um participante por empresa, por meio do [formulário](#), mas abriremos uma lista de espera no caso de haver vagas disponíveis. Nesse sentido, pedimos a gentileza de preencher o formulário de inscrição do evento até o dia 11.09, quando então a lista de espera será liberada. Após o encontro, haverá uma confraternização no Bonita Bar e Cozinha. Enviaremos as informações de programação completa em breve.

Abraceel discute mercado livre em webinar da associada Comerc



No dia 29.08, Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, participou de evento realizado pela associada Comerc para explicar a abertura do mercado livre de energia em 2024. Na ocasião, abordou o que é o mercado livre, frisando benefícios, regras de acesso, etapas para a migração e perspectivas para a abertura completa do mercado. O vídeo do debate está [canal da Comerc](#) no Youtube.

Abraceel participa de reunião do Coinfra

No dia 30.08, Rodrigo Ferreira participou de reunião ordinária do Conselho de Infraestrutura da CNI (Coinfra). Na ocasião, Fabrício Cardoso, executivo do Porto Central e CEO da Macro Desenvolvimento, apresentou detalhes dos projetos Porto Central e ferrovia 352. Cláudio Frischtak, da consultoria InterB, explicou a situação atual e as perspectivas de avanço do setor de saneamento básico.



Abraceel debate agenda do mercado com investidores

No dia 30.08, Bernardo Sicsú participou de videoconferência para explicar a situação atual e a perspectiva de abertura completa do mercado livre de energia no Brasil para a Módulo Capital.

Dataprev abre licitação para compra de energia no mercado livre

A Dataprev apresentou proposta comercial para fornecimento de energia elétrica incentivada, proveniente do ambiente de contratação livre, para suprir as necessidades da Dataprev Matriz no Distrito Federal, pelo período de 12 meses. As propostas poderão ser feitas até 06.09. Para mais informações, acesse os documentos disponibilizados [aqui](#).

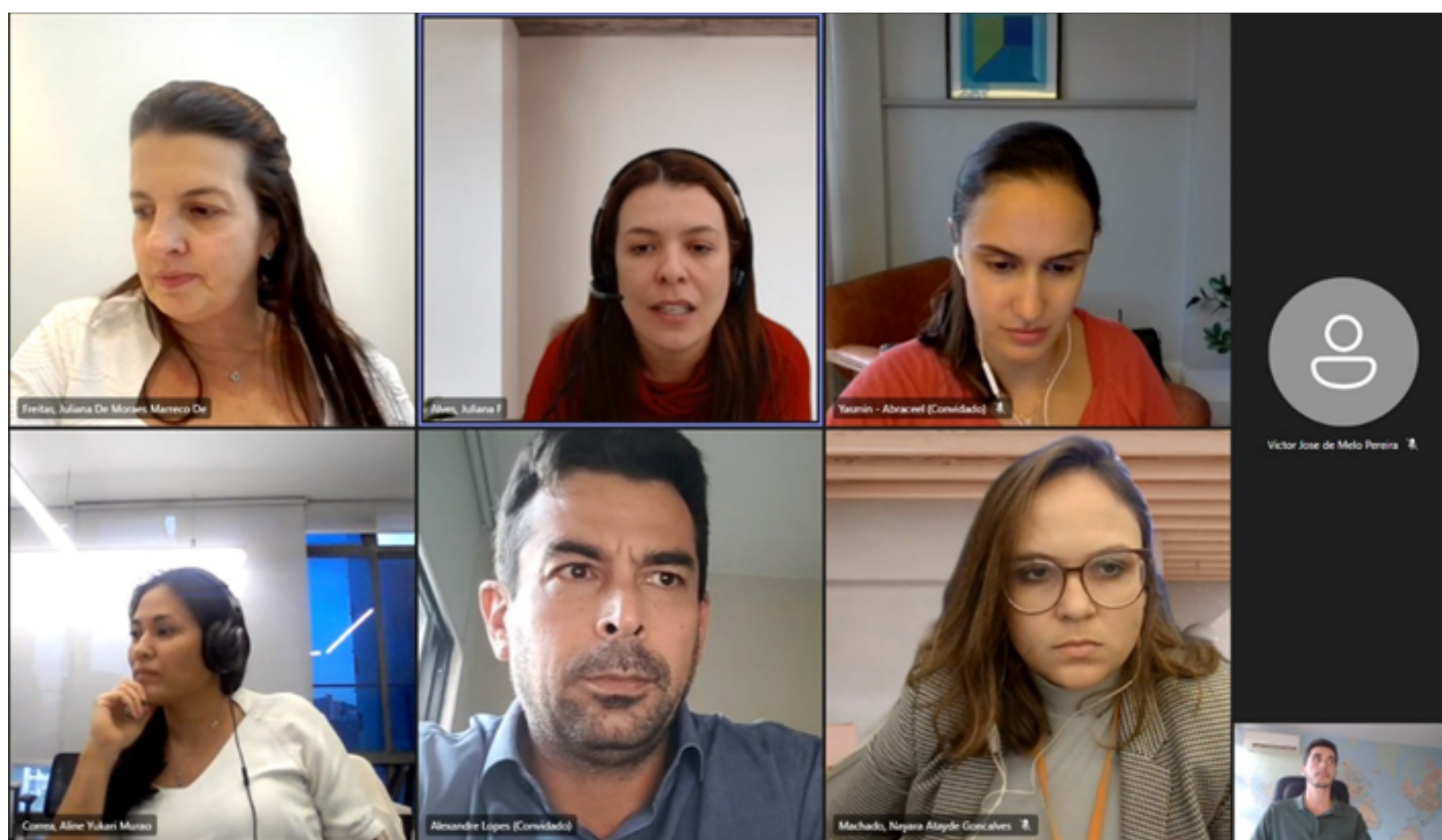
Créditos tributários na pauta Aneel

Está na pauta da reunião da diretoria colegiada da Aneel do dia 05.09 o resultado da consulta pública nº 5/2021, sobre o aprimoramento do tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Julgamento do STF de repercussão geral pode impactar tributação de operações interestaduais

No dia 30.08, a Abraceel reuniu-se com representantes da associada ArcelorMittal para discutir uma possível atuação da Associação perante o STF. Na reunião, a associada explicou o problema que enfrenta em Minas Gerais no caso de operações interestaduais sem a incidência de imposto. De acordo com a associada, quando ocorre uma operação entre Estados de compra e venda de energia com excedente, alguns estados, além de Minas Gerais, Goiás e Pará, entendem que o excedente não foi tributado e teria que estornar os créditos de ICMS. A questão é que o STF está julgando esse tema no processo RE nº 1.362.742 e reconheceu em 15.08 que terá repercussão geral, gerando efeitos obrigatórios para todos os contribuintes do país. Isso poderia impactar inclusive o entendimento já pacificado sobre o tema em estados como São Paulo, impactando todas as operações de venda inte-

restadual. Assim, a associada questionou se outros associados estão vendo o mesmo problema para que fosse montada uma estratégia conjunta. Pedimos, por gentileza, que as associadas que tiverem contribuições sobre o tema, reportem à Abraceel, com o objetivo de organizarmos uma reunião do Grupo Técnico sobre o assunto.



Demais matérias ficarão para o relatório da semana que vem

Em função da elevada quantidade de matérias e curtas dessa edição, deixamos para o Relatório da semana que vem o registro da participação da Abraceel no evento do TCU sobre vencimento das concessões, a reunião de hoje (01.09) do GT sobre Reforma Tributária e o lançamento do 4º ebook sobre derivativos de energia. Devido ao feriado na semana que vem, o relatório será enviado na quarta-feira (6).

CURTAS - GÁS NATURAL

ANP aprova minuta de estatuto do Conselho de Carregadores

No dia 31.08, a diretoria da ANP aprovou a minuta do estatuto do Conselho de Usuários representante dos carregadores de gás natural, sem submissão da mesma à consulta e audiência pública, conforme proposto pelo diretor relator Cláudio Jorge. A criação do Conselho de Carregadores decorre da nova Lei do Gás (Lei 14134/2021) com a finalidade de monitorar o desempenho, eficiência operacional e investimentos dos transportadores de gás natural. Segundo a ANP, “o objetivo é que a atuação do Conselho de Usuários contribua para o desenvolvimento cada vez maior

do transporte de gás natural no Brasil, trazendo reflexos positivos para os diversos agentes do mercado, além dos próprios consumidores.” Atualmente, o Conselho é composto por seis associações: Abraceel, Abep, Abpip, Abrace, Abraget e Abegás. No dia 25.08, esse mesmo Conselho se reuniu em caráter ordinário para discutir os próximos passos do grupo. Na reunião, o grupo discutiu sobre a Consulta Pública acerca do edital de chamada pública de capacidade incremental do gasoduto Gasig e definiu os critérios para o ingresso de outras associações no Conselho de Usuários. A minuta do estatuto pode ser lida na íntegra no [link](#).

CURTAS - CURSOS E EVENTOS

Congresso Ecoenergy 2023 debate tendências globais do setor de energia renovável

O Congresso Brasileiro de Geração de Energia Renovável - Ecoenergy será realizado no WTC Events Center, em São Paulo, entre os dias 20 e 22.09. O evento terá a presença de especialistas em energias renováveis e será uma oportunidade tanto para aprimorar conhecimento quanto para o desenvolvimento de parcerias e negócios. A programação lista temas como transição energética, regulação, mercado livre, comercialização de energia renovável e hidrogênio verde. Para inscrição e demais informações, acesse o site do evento.

Associadas têm desconto em evento sobre gás natural

Nos dias 18 e 19.10, no Hotel Blue Tree Premium Faria Lima, São Paulo, de forma presencial, acontecerá o XXIX Simpósio Jurídico da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE). O evento, de cunho jurídico, fomentará a discussão de temas como projetos de lei de aprimoramento do setor elétrico, renovação das concessões de transmissão e de distribuição, convenção arbitral da CCEE e situação da arbitragem, entre outros. As associadas da Abraceel têm 10% de desconto ao preencher a opção “Associados de Entidades Apoiadoras” no [link](#) da inscrição. Acesse a programação e mais detalhes sobre o evento [aqui](#).





O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acompanhado de seus secretários e do Diretor-Geral do ONS, participou de sessão conjunta das Comissões de Minas e Energia e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados para tratar de temas relacionados ao setor elétrico, com destaque para o recente blecaute ocorrido em agosto. A seguir, alguns destaques:

Distorções

“A conta mais cara de energia do país está onde mais geramos energia limpa e renovável, que é o Norte e Nordeste, isso por distorções causadas por uma série de questões: R\$ 5 bilhões/ano pela repactuação do risco hidrológico em 2015, R\$ 3 bilhões da Lei 13.360/2016 porque foi tirado o consumidor de alta tensão da abertura de mercado, R\$ 4 bilhões para sanear a Eletrobras em 2018, R\$ 15 bilhões de empréstimo da conta-Covid, R\$ 5 bilhões da conta de escassez hídrica e outros.”

Grande indústria

Criticando a Lei 13.360, de 2016, citou que “mais de R\$ 3 bilhões ficaram para 55% da população que está no mercado regulado, diferente da grande indústria, que compra no mercado livre por um quarto do preço”.

Subsídios

“Era importante que a gente estimulasse as energias limpas e renováveis, principalmente por investimentos fundamentais e imprescindíveis para combater desigualdade, então nós fomos estimulando e dando subsídio na TUST e na TUSD para o consumidor brasileiro, mas quem foi pagando essa conta? O consumidor regulado. Essa conta foi ficando sempre para o consumidor regulado. E nós chegamos agora numa situação tal que nós temos dois caminhos: ou a gente faz o que foi feito até agora, que é varrer essa poeira para debaixo do tapete e empurrar para o próximo Ministro de Estado, que pode ser amanhã, ou pode ser daqui um ano ou três anos, ou a gente tem a coragem de encarar esse problema e fazer uma opção e, mesmo contrariando interesses, a gente achar uma solução estrutural para o setor elétrico.”

Colapso

“O setor elétrico é um dos setores mais sensíveis do ponto de vista socioeconômico do país hoje. Nós estamos chegando perto do colapso do preço da energia elétrica para o consumidor de energia elétrica regulado. Os encargos, nós fomos criando, e eu me incluo nisso, eu estava no Senado, o Brasil foi criando encargos para o consumidor regulado e agora chegou no limite”.

Novo projeto

“Entendo que vamos ter que rapidamente sentar à mesa, nós vamos apresentar, esse é o meu projeto, é o projeto do presidente Lula, eu coloquei o presidente consciente dessa situação crítica e que agride o povo brasileiro frontalmente e parte do setor produtivo substancial, já que, quando eu falo que os outros 45% que estão no mercado livre é a grande indústria, não é a indústria, é a grande indústria, é importante ressaltar isso, é só a indústria de alta tensão, o resto todo que está no consumidor regulado, no setor produtivo, o comércio, está pagando esse preço de energia aqui que ele não tem como discutir.”

Direito público

“Nós só acionamos o Ministério da Justiça, Polícia Federal, ABIN e GSI, para que participasse junto conosco desse processo de constatação do que aconteceu naquele dia (blecaute), porque o ONS, que é uma entidade, e aqui quero ressaltar, de direito privado, sem fins lucrativos, esse foi o modelo escolhido pelos brasileiros em 1998, de que o Operador não fosse um órgão de direito público, fosse de direito privado, com cinco diretores, com conselheiros que compõem todo o mercado do setor elétrico, que indicam os diretores, os diretores tem mandato, inclusive o mandato do Dr. Ciocchi termina no ano que vem, nós recebemos a notícia por parte do Dr. Ciocchi de que não havia, até aquele momento, nada objetivo que pudesse apontar motivo de que havia um motivo exclusivamente técnico para um evento daquela gravidade.”

Dividir a conta

“Essa Casa (Câmara) será soberana no que será feito com o setor elétrico brasileiro, mas não faltará ao Ministro de Estado e ao Presidente da República, que é a voz final desse processo, o encaminhamento de um projeto que venha realmente mexer com as bases do setor elétrico brasileiro, que venha realmente dividir a conta, porque essa conta está injusta e inadequada, sendo paga



apenas pelo consumidor regulado. Se continuarmos cada um puxando para o seu lado o cobertor que não cabe no corpo inteiro, realmente vamos chegar ao colapso no setor elétrico nacional”.

Autoprodução

“Eu volto a postar a todos os brasileiros que pagam um absurdo na conta de energia, a Vale, como autoprodutora de energia, já consegue produzir a 38 R\$/MWh, já quase viabilizando uma fábrica de hidrogênio verde no Brasil”.

Papel do regulador

“Quero me juntar ao Deputado Danilo Forte. Eu defendo as agências e os setores regulatórios como setor importante para o investimento nacional e internacional. Precisamos sinalizar para o mundo que somos um país sério e muito bem regulado. Mas as agências têm que entender o seu papel de regulador. Não podem confundir o papel com formulador de política pública. Formulador de política pública é quem ganha a eleição, Presidente da República e Congresso Nacional.”

Encargos

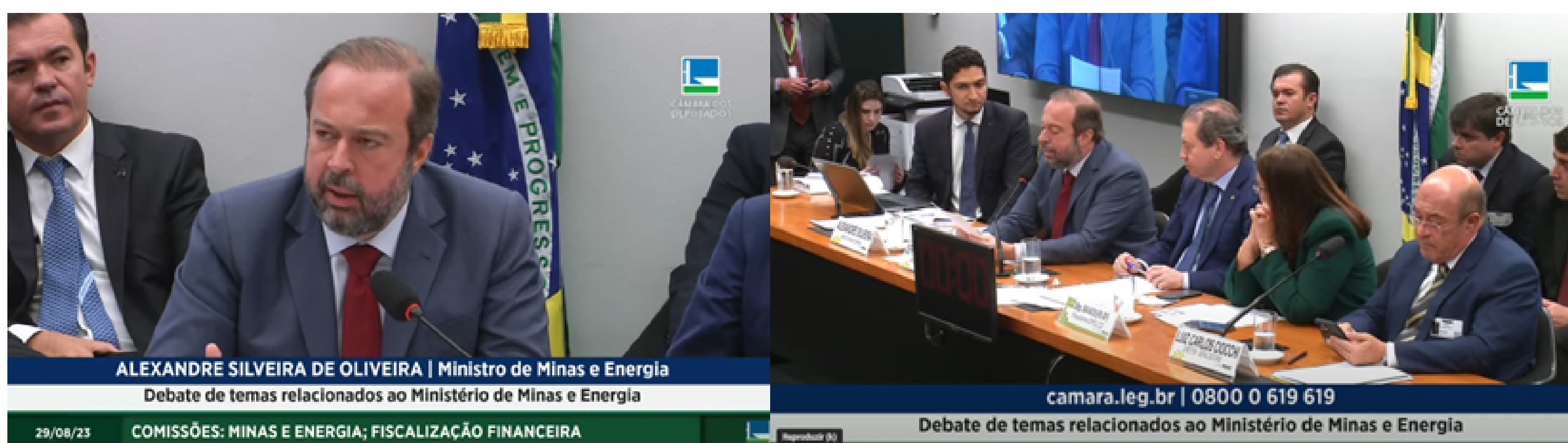
“A CDE chegou no limite. Vamos debater de forma equilibrada, serena, essa questão do equilíbrio, que vai ter que passar aqui nessa Casa. Poderia ser no PL 414, mas é mais célere se o Executivo encaminhar um projeto, que será aperfeiçoado pelo Parlamento. Será um conjunto de medidas. Não tem uma questão pontual que resolva o problema. Tem encargos que estão na CDE que não são do setor elétrico. Se há espaço ou não para eles no Orçamento da União, é uma discussão política. Entre geradores e o consumidor, o governo prefere ficar com o consumidor.”

Equanimidade

“Há uma grande distorção hoje, o setor elétrico virou uma colcha de retalho, e nós vamos propor uma equanimidade, um projeto que venha a buscar minimizar os impactos do que ocorreu nos últimos oito anos e que a conta ficou, infelizmente, para os mais pobres, infelizmente os nordestinos e nortistas do Brasil”

Essencialidade

“Se energia elétrica for colocada como essencial na reforma tributária, poderemos aferir menores tarifas”



Outros destaques da semana:

Lira cita falta de articulação do governo no Senado - O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que o governo Lula não pode cobrar da Casa o que “não realizou” no Senado Federal. A referência era ao projeto de lei da desoneração da folha de pagamento, que deputados discutem renúncias fiscais para cidades. [Veja mais.](#)

Senador apresenta voto separado sobre sinal locacional - O senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS) apresentou voto em separado na Comissão de Infraestrutura do Senado pela rejeição do PDL 365/2022. O relator original da matéria na comissão, Senador Otto Alencar (PSD-BA), havia apresentado em julho parecer favorável ao texto, que determina que seja sustada decisão da Aneel sobre o sinal locacional na cobrança das tarifas de transmissão. Heinze afirma que “o PDL simplesmente olvida de observar que, de fato e de efeito, não há inovação alguma a ser sustada, mas apenas o desejo de grupos de interesse de, por meios tortos, manter ganhos a partir de meticulosas tramas da estrutura regimental que, acertadamente, foram aperfeiçoadas pela agência dentro do que manda a lei e a boa prática regulatória”. [Saiba mais.](#)

Hidrogênio verde e concessões de distribuição - Foi apresentado o plano de trabalho da Subcomissão Especial de Hidrogênio Verde e Concessões de Distribuição, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). O documento aborda os objetivos, tais como: debater, tratar e avaliar políticas públicas e fomento à produção de hidrogênio verde, em consonância com a Comissão Especial Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde, fortalecer a segurança energética nacional, desenvolver infraestrutura para o transporte e armazenamento do hidrogênio verde, além de fomentar a cadeia produtiva e trazer segurança jurídica para os possíveis investidores do setor. Confira [aqui.](#)



Comissão aprova PL de captura e armazenamento de carbono, mas adia regulamentação do mercado

A Comissão de Meio Ambiente aprovou o PL 1.425/2022, que cria o marco legal da captura e armazenamento de carbono (CCS) e tem como principal objetivo criar no Brasil a atividade de armazenamento permanente de CO² capturado de atividades industriais em reservatórios geológicos. O PL pode seguir direto para a Câmara dos Deputados, já que tramita de forma terminativa. Contudo, a mesma Comissão adiou a votação do projeto que cria e regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Por acordo, foi concedida vista coletiva. A expectativa é que o texto retorne à pauta em setembro.



PRÓXIMA SEMANA

05.09 - Terça-feira: Abraceel se reúne com o Instituto Energia do Saber para discutir o almoço beneficente dos traders e ações sociais, às 15h.